

Diário Oficial

Estado de Pernambuco

Ano XCII • Nº 192

Poder Legislativo

Recife, sábado, 24 de outubro de 2015

Debate de Cidadania aponta possibilidade de reestruturar TVPE com verbas de emendas

Parlamentares apresentaram proposta em encontro sobre os desafios da comunicação

Os desafios para as políticas públicas de comunicação em Pernambuco foram discutidos em audiência pública realizada pela Comissão de Cidadania nesta sexta (22). Marcado pela preocupação acerca da necessidade de reestruturação da TV Pernambuco (TVPE) e também de implementação da Rádio Frei Caneca FM, no Recife, o debate foi finalizado com compromisso de buscar soluções para esses dois veículos, por meio da destinação de emendas parlamentares.

Presidente do colegiado, o deputado Edilson Silva (PSOL) comprometeu-se a destinar, via emenda individual, os R\$ 260 mil necessários para colocar a Rádio Frei Caneca no ar. “Também faremos uma maratona para conseguir uma proposição coletiva para financiar os R\$ 2,25 milhões para digitalização do gerador da TVPE”, acrescentou o psolista.

A iniciativa foi encampada pelo deputado Ricardo Costa (PMDB), que se comprometeu a fazer campanha para que os demais parlamentares ajudem a levantar os recursos necessários. “Tenho certeza de que, em diálogo com a Casa, conseguiremos esse valor”, afirmou o peemedebista. Cada deputado tem direito a apresentar emendas ao Orçamento que totalizem R\$ 1,4 milhão.

Integrante do Fórum Pernambucano de Comunicação (Fopecom) e do Coletivo Brasil de Comunicação Social (Intervozes), Cátia Oliveira pontuou dados da Pesquisa Brasileira de Mídia 2015, divulgada pela Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República. Ao revelar os hábitos de consumo da mídia pela população, o estudo apontou que a televisão é o



ENCAMINHAMENTOS - Audiência pública também discutiu necessidade de recursos para a criação da Rádio Frei Caneca



meio de comunicação mais utilizado pelos brasileiros (93%), com média diária de quatro horas e 30 minutos. Em segundo lugar está o rádio, utilizado por 46% da população, seguido pela internet (42%).

“O potencial da TV Pernambuco, que pode levar informação para todos os cantos do Estado, não está sendo observado pelo Governo do Estado”, opinou Cátia. Ela tam-

bém criticou a ausência de reuniões do conselho da TVPE. “Juntamente com outros cinco conselheiros, trouxe uma carta de apelo à secretaria estadual de Ciência e Tecnologia, Lúcia Melo, para que possamos nos reunir em busca de formas para resolver os problemas existentes”, informou. O grupo está tentando realizar a 5ª reunião ordinária desde o início do ano. “O Estado está

descumprindo o estatuto do conselho”, acrescentou.

Ao recordar o compromisso assumido pelo vice-prefeito do Recife, Luciano Siqueira, em maio deste ano, de colocar a Rádio Frei Caneca no ar, dentro de quatro meses, Ivan Moraes Filho, do Centro Cultural Luiz Freire, aproveitou a oportunidade para criticar o montante de recursos públicos utilizados

para publicidade. “Em menos de quatro anos da gestão Geraldo Julio, a Prefeitura do Recife gastou R\$ 40 milhões. Enquanto isso, a Rádio Frei Caneca, uma demanda de 60 anos da população, com um custo total de R\$ 260 mil, não foi colocada no ar”.

Ivan também questionou o baixo investimento na TVPE. “O orçamento da TV Pernambuco, deste ano, representa

menos da metade do que o Governo do Estado pagou à emissora Band para cobertura do Carnaval”, comparou.

Diretor-presidente da Empresa Pernambucana de Comunicação, que gere a TV Pernambuco, Guido Bianchi reconheceu que “ainda há um caminho a ser percorrido”. “Houve avanços nos últimos anos, que estão tentando reverter os 20 anos de sucateamento enfrentados pela TV. Temos uma série de dificuldades”, argumentou. O orçamento da TVPE, em 2015, é de R\$ 2,638 milhões. “Para o próximo ano, está se desenhando um orçamento de R\$ 2,749 milhões”, revelou.

Representando a Secretaria Estadual da Fazenda no debate, Catarina Santos afirmou que a pasta está aberta para o diálogo com relação ao orçamento da TVPE para 2016.

ENCAMINHAMENTOS - Ao final do encontro, Edilson Silva fez um apelo ao Fopecom sobre a necessidade de ajuda técnica para a elaboração das emendas parlamentares. Também solicitou que o grupo ajude no diálogo sobre o retorno das atividades da TV Alepe. “Temos um problema democrático aqui, com um poder que não apresenta para a sociedade um registro áudio-visual do que acontece. Essa situação acarreta dificuldades ao controle social e à transparência”.

A audiência pública integrou o último dia da programação da Semana pela Democratização da Comunicação em Pernambuco, capitaneada pelo Fopecom, que teve início no último dia 14. Apesar de convidadas, as secretarias estaduais de Educação, Cultura, Fazenda, Ciência e Tecnologia e Casa Civil não enviaram representantes.

CERTIFICADO DIGITALMENTE

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA
EDITAL DE CONVOCAÇÃO
REUNIÃO ORDINÁRIA

Convoco, nos termos do art. 118, I, do Regimento Interno desta Assembleia Legislativa, os Deputados ADALTO SANTOS (PSB), ÂNGELO FERREIRA (PSB), RAQUEL LYRA (PSB), RICARDO COSTA (PMDB), RODRIGO NOVAES (PSD), ROMÁRIO DIAS (PTB), SILVIO COSTA FILHO (PTB), TERESA LEITÃO (PT) TONY GEL (PMDB), membros titulares, e, na ausência destes, os suplentes, ALUISIO LESSA (PSB), ANTÔNIO MORAES (PSDB), JÚLIO CAVALCANTI (PTB), PASTOR CLEITON COLLINS (PP), PEDRO SERAFIM NETO (PDT), SIMONE SANTANA (PSB), SOCORRO PIMENTEL (PSL), WALDEMAR BORGES (PSB), ZÉ MAURÍCIO (PP), para se fazerem presentes à reunião a ser realizada às 10h (dez horas) do dia 27 (vinte sete) de outubro de 2015 (terça-feira), no Plenarinho III, localizado no 2º andar do Anexo I – Edifício Senador Nilo Coelho, onde estarão em pauta as seguintes matérias:

DISTRIBUIÇÃO:

I)PROJETOS DE LEI ORDINÁRIA:

- 1) Projeto de Lei Ordinária nº 504/2015, de autoria do Deputado Professor Lupércio (Ementa: Institui a obrigatoriedade de realização de ginástica laboral em todos os órgãos e entidades da administração Estadual direta e indireta..)
- 2) Projeto de Lei Ordinária nº 505/2015, de autoria do Deputado Bispo Ossésio Silva (Ementa: Dispõe sobre a obrigatoriedade da reserva de mesas e cadeiras para idosos e gestantes nas praças de alimentação dos shoppings centers, no Estado de Pernambuco e dá outras providências.)
- 3) Projeto de Lei Ordinária nº 506/2015, de autoria do Deputado Pastor Cleiton Collins (Ementa: Dispõe sobre criação amadorista e comercial de passeriformes.)
- 4) Projeto de Lei Ordinária nº 508/2015, de autoria da Deputada Simone Santana (Ementa: Declara de Utilidade Pública a Entidade, Instituto Papai.)
- 5) Projeto de Lei Ordinária nº 509/2015, de autoria da Deputada Teresa Leitão (Ementa: Dispõe sobre a criação e implementação do Programa Educa Legal – PE no âmbito das instituições que oferecem cursos de Graduação e Pós-graduação da rede de ensino público e privado no Estado de Pernambuco.)
- 6) Projeto de Lei Ordinária nº 510/2015, de autoria do Deputado Ricardo Costa (Ementa: Institui no Calendário Oficial do Estado de Pernambuco o Dia Estadual da Equoterapia.)
- 7) Projeto de Lei Ordinária nº 511/2015, de autoria do Governador do Estado (Ementa: Autoriza a Pernambuco Participações e Investimentos S.A - PERPART a realizar a repactuação contratual dos financiamentos habitacionais de imóveis de conjuntos convencionais da Companhia de Habitação Popular de Pernambuco e de Programas Especiais..)

II)PROJETO DE RESOLUÇÃO:

- 1) Projeto de Resolução nº 507/2015, de autoria do Deputado Joel da Harpa (Ementa: Concede o Título Honorífico de Cidadão Pernambucano ao Exmo. Sr. Júlio Emilio Lossio de Macêdo.)

DISCUSSÃO:

I) PROJETOS DE LEI ORDINÁRIA:

- 1) Projeto de Lei Ordinária nº 226/2015, de autoria do Deputado Júlio Cavalcanti (Ementa: Estabelece normas e diretrizes para a qualidade do ar no âmbito do Estado de Pernambuco e dá outras providências)
Relator: Deputado Antônio Moraes
- 2) Projeto de Lei Ordinária nº 236/2015, de autoria do Deputado Professor Lupércio (Ementa: Dispõe sobre a obrigatoriedade do Poder Executivo a conceder isenção do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) para aposentados e pensionistas que percebam de 01 a 05 salários mínimos)
Relator: Deputado Ricardo Costa
- 3) Projeto de Lei Ordinária nº 288/2015, de autoria do Deputado Miguel Coelho (Ementa: Dispõe sobre a prioridade de adoção de livros paradidáticos de autores pernambucanos nas escolas públicas e privadas do Estado de Pernambuco.)
Relator: Deputado Antônio Moraes
- 4) Projeto de Lei Ordinária nº 310/2015, de autoria do Deputado Eduíno Brito (Ementa: Autoriza o Poder Executivo a criar e implantar um Centro Avançado de Estudo e Capacitação de Educadores da Rede Pública de Ensino no Estado de Pernambuco para inserção escolar de alunos portadores de autismo ou diagnosticados com Transtorno do Espectro Autista.)
Relator: Deputado Romário Dias
- 5) Projeto de Lei Ordinária nº 311/2015, de autoria do Deputado Eduíno Brito (Ementa: Dispõe sobre a obrigatoriedade de exame de acuidade visual e auditiva nas escolas públicas e dá outras providências)
Relator: Deputado Antônio Moraes
- 6) Projeto de Lei Ordinária nº 334/2015, de autoria do Deputado Henrique Queiroz (Ementa: Determina a adoção de medidas no comércio varejista de alimentos, visando proteger o consumidor pernambucano e dá outras providências.)
Relator: Deputado Ricardo Costa
- 7) Projeto de Lei Ordinária nº 335/2015, de autoria do Deputado Pedro Serafim Neto (Ementa: Dispõe sobre a disponibilização de informações referente à partida e chegada de ônibus nos terminais Intermunicipais e Interestaduais de passageiros, em todo o Estado de Pernambuco.)
Relator: Deputado Silvo Costa Filho
- 8) Projeto de Lei Ordinária nº 346/2015, de autoria do Deputado Edilson Silva (Ementa: Proíbe a utilização de cães por empresas de segurança patrimonial privada e de vigilância, para fins de guarda, no âmbito do Estado de Pernambuco e dá outras providências)
Relator: Deputado Romário Dias
- 9) Projeto de Lei Ordinária nº 445/2015, de autoria do Deputado Adalto Santos (Ementa: Obriga as empresas de cartões de crédito ou débito a avisar aos consumidores deste Estado acerca do bloqueio do cartão e dá outras providências.)
Relator: Deputado Antônio Moraes
- 10) Projeto de Lei Ordinária nº 448/2015, de autoria do Deputado Lucas Ramos (Ementa: Altera a Lei nº 15.553, de 15 de julho de 2015, que determina a disponibilização de leitos apropriados para pessoas com deficiência de locomoção ou mobilidade reduzida em hotéis, motéis, albergues, pousadas e assemelhados e dá outras providências.)
Relator: Deputado Zé Maurício
- 11) Projeto de Lei Ordinária nº 471/2015, de autoria do Governador do Estado (Ementa: Concede crédito presumido do ICMS nas saídas de redes e mantas de fios de algodão, promovidas pelo respectivo fabricante.)
Relator: Deputado Ricardo Costa
- 12) Projeto de Lei Ordinária nº 483/2015, de autoria do Governador do Estado (Ementa: Autoriza o Estado de Pernambuco a ceder o direito de uso do imóvel que indica.)
Relator: Deputado Tony Gel
- 13) Projeto de Lei Ordinária nº 495/2015, de autoria do Governador do Estado (Ementa: Autoriza o Estado de Pernambuco a ceder o direito de uso do imóvel que indica.)
Relator: Deputado Aluísio Lessa
- 14) Projeto de Lei Ordinária nº 496/2015, de autoria do Governador do Estado (Ementa: Altera a Lei nº 15.550, de 10 de julho de 2015, que dispõe sobre o Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa - CEDPI.)
Regime de urgência
Relatora: Deputada Teresa Leitão
- 15) Projeto de Lei Ordinária nº 497/2015, de autoria do Deputado Zé Maurício (Ementa: Confere ao Município de Orobó o Título de Capital da Renda Frivolité)
Relator: Deputado Angelo Ferreira

II)PROJETO DE RESOLUÇÃO:

- 1) Projeto de Resolução nº 149/2015, de autoria do Deputado Edilson Silva (Ementa: Altera a Resolução nº 905 de 22 de dezembro de 2008, que institui o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco)
Relator: Deputado Tony Gel
- 2) Projeto de Resolução nº 507/2015, de autoria do Deputado Joel da Harpa (Ementa: Concede o Título Honorífico de Cidadão Pernambucano ao Exmo. Sr. Júlio Emilio Lossio de Macêdo.)

III)EMENDAS, SUBEMENDAS E SUBEDITIVOS:

- 1) Emenda Modificativa nº 02/2015, de autoria da Comissão de Administração Pública (Ementa: Altera a redação da emenda e do art. 1º do Projeto de Lei Ordinária nº 272/2015), ao Projeto de Lei Ordinária nº 272/2015, de autoria do Deputado Lucas Ramos (Ementa: Impõe sanções aos estabelecimentos comerciais e de entretenimento que permitirem ou fizerem apologia à pedofilia, à exploração sexual e à prostituição de crianças e adolescentes no âmbito do Estado de Pernambuco e dá outras providências.)
Relator: Deputado Antônio Moraes

Recife, 23 de outubro de 2015.

DEPUTADA RAQUEL LYRA
PRESIDENTE

DIÁRIO OFICIAL DE - 22/10/2015

Discussão Única da Indicação nº 2535/2015
Autor: Dep. Ricardo Costa

Apelo ao Governador do Estado, ao Presidente do DER-PE e ao Superintendente Regional do DNIT no Estado de Pernambuco no sentido de providenciarem o desassoreamento do canal localizado às margens da BR-232, trecho compreendido entre o Km 38 e o Km 43, no município de Vitória de Santo Antão.

DIÁRIO OFICIAL DE - 22/10/2015

Discussão Única da Indicação nº 2536/2015
Autor: Dep. Professor Lupércio

Apelo ao Prefeito de Olinda, ao Presidente da Câmara Municipal de Olinda e ao Secretário de Serviços Públicos de Olinda no sentido de viabilizarem a limpeza e capinação da Rua 13, IV Etapa, do Bairro de Rio Doce Olinda.

DIÁRIO OFICIAL DE - 22/10/2015

Discussão Única da Indicação nº 2537/2015
Autor: Dep. Joaquim Lira

Apelo ao Governador do Estado, ao Secretário de Agricultura e Reforma Agrária e ao Diretor Presidente do IPA no sentido de viabilizarem quatro caminhões pipa para o Distrito de Apoti, no município de Glória de Goitá, neste Estado.

DIÁRIO OFICIAL DE - 22/10/2015

Discussão Única da Indicação nº 2538/2015
Autor: Dep. Antônio Moraes

Apelo ao Governador do Estado no sentido de receber em audiência uma comissão de vereadores da Frente Parlamentar em Defesa do Polo das Confecções do Agreste Setentrional de Pernambuco.

DIÁRIO OFICIAL DE - 22/10/2015

Discussão Única da Indicação nº 2539/2015
Autor: Dep. Pedro Serafim Neto

Apelo ao Governador do Estado e ao Secretário Estadual de Educação no sentido de viabilizarem a inserção do **Programa Juventude Cidadã** no Município de São José da Coroa Grande, com o objetivo de aumentar o nível de escolaridade e melhorar a educação da população daquela localidade.

DIÁRIO OFICIAL DE - 22/10/2015

Discussão Única da Indicação nº 2540/2015
Autor: Dep. Pedro Serafim Neto

Apelo ao Governador do Estado e ao Secretário Estadual de Educação no sentido de viabilizarem a inserção do **Programa Juventude Cidadã** no Município de Ribeirão, com o objetivo de aumentar o nível de escolaridade e melhorar a educação da população daquela localidade.

DIÁRIO OFICIAL DE - 22/10/2015

Discussão Única da Indicação nº 2541/2015
Autor: Dep. Pedro Serafim Neto

Apelo ao Governador do Estado e ao Secretário Estadual de Educação no sentido de viabilizarem a inserção do **Programa Juventude Cidadã** no Município de Sirinhaém, com o objetivo de aumentar o nível de escolaridade e melhorar a educação da população daquela localidade.

DIÁRIO OFICIAL DE - 22/10/2015
Discussão Única da Indicação nº 2542/2015
Autor: Dep. Pedro Serafim Neto

Apelo ao Governador do Estado e ao Secretário Estadual de Educação no sentido de viabilizarem a inserção do **Programa Juventude Cidadã** no Município de São Vicente Férrer, com o objetivo de aumentar o nível de escolaridade e melhorar a educação da população daquela localidade.

DIÁRIO OFICIAL DE - 22/10/2015

Discussão Única da Indicação nº 2543/2015
Autor: Dep. Pedro Serafim Neto

Apelo ao Governador do Estado e ao Secretário Estadual de Educação no sentido de viabilizarem a inserção do **Programa Juventude Cidadã** no Município de Ipojuca, com o objetivo de aumentar o nível de escolaridade e melhorar a educação da população daquela localidade.

DIÁRIO OFICIAL DE - 22/10/2015

Discussão Única da Indicação nº 2544/2015
Autor: Dep. Professor Lupércio

Apelo ao Prefeito do Município de Olinda no sentido de viabilizar o reparo na iluminação pública da Quadra 63, que fica situada na IV Etapa, no Bairro de Rio Doce, Município de Olinda.

DIÁRIO OFICIAL DE - 22/10/2015

Discussão Única do Requerimento nº 1310/2015
Autor: Dep. Pastor Cleiton Collins

Voto de Congratulações com a Igreja Evangélica Verbo da Vida em Recife (Zona Norte), pela comemoração dos seus 10 anos de fundação.

DIÁRIO OFICIAL DE - 22/10/2015

Discussão Única do Requerimento nº 1311/2015
Autor: Dep. Pastor Cleiton Collins

Voto de Congratulações com o Serviço Social do Comércio – SESC-PE, pela iniciativa do Projeto Banco de Alimentos.

DIÁRIO OFICIAL DE - 22/10/2015

Discussão Única do Requerimento nº 1312/2015
Autor: Dep. Professor Lupércio

Voto de Aplausos ao Memorial Oftalmo, na pessoa do Diretor, Dr Fábio Casanova, pelo excepcional trabalho desenvolvido por aquela instituição.

DIÁRIO OFICIAL DE - 22/10/2015

Discussão Única do Requerimento nº 1313/2015
Autor: Dep. Beto Accioly

Voto de Pesar pelo falecimento do comunicador José Ferreira da Silva Filho, ocorrido dia 12 de outubro no Hospital Miguel Arraes – Paulista.

DIÁRIO OFICIAL DE - 22/10/2015

Discussão Única do Requerimento nº 1314/2015
Autora: Dep. Raquel Lyra

Voto de Aplausos ao Procurador do Estado, Doutrinador do Direito Marcelo Casseb Continentino, pelo lançamento de sua obra **“História do Controle da Constitucionalidade das Leis no Brasil – percursos do pensamento constitucional no século XIX (1824-1891)”**, ocorrido no Recife, no dia 19 de outubro de 2015, no Auditório Elias Lapenda Sobrinho da Procuradoria Geral do Estado.

DIÁRIO OFICIAL DE - 22/10/2015

Discussão Única do Requerimento nº 1315/2015
Autor: Dep. Henrique Queiroz

Voto de Aplausos à jornalista Jô Mazzarolo, Diretora de Jornalismo da TV Globo Nordeste, pelo recebimento do Título de Cidadã Vitorienne, na Câmara Municipal de Vitória de Santo Antão, em 20 de outubro de 2015.

DIÁRIO OFICIAL DE - 22/10/2015

Discussão Única do Requerimento nº 1316/2015
Autor: Dep. Henrique Queiroz

Voto de Aplausos ao município de Tracunhaém, pela realização da **2ª Feira de Artesanato de Tracunhaém**, nos dias 23, 24 e 25 de outubro de 2015.

DIÁRIO OFICIAL DE - 22/10/2015

Discussão Única do Requerimento nº 1317/2015
Autor: Dep. Henrique Queiroz

Voto de Aplausos à atriz pernambucana Rhaisa Batista, pela participação no elenco do filme **S.O.S Mulheres ao Mar 2**, que estreou nos cinemas, no dia 22 outubro de 2015.

DIÁRIO OFICIAL DE - 22/10/2015

Pronunciamentos

PRONUNCIAMENTO DE LUCAS RAMOS NA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 12 DE AGOSTO DE 2015.

SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS, BOA TARDE!

VENHO A ESTA TRIBUNA PARA ABORDAR UM ASSUNTO QUE É DE GRANDE INTERESSE PARA A ECONOMIA DO NOSSO ESTADO. O DEPUTADO BETINHO GOMES APRESENTOU NA CÂMARA FEDERAL UM PROJETO DE LEI, CHAMADO PL DO VINHO, QUE É DE EXTREMA IMPORTÂNCIA PARA OS PRODUTORES DE FRICULTURA DO VALE DO SÃO FRANCISCO. A NORMA PREVÊ A ISENÇÃO DO PIS E DA COFINS DOS VINHOS DO BRASIL. ESSA INICIATIVA SERVE DE ESTÍMULO AOS PRODUTORES DE FRUTICULTURA IRRIGADA DO SERTÃO PERNAMBUCANO, RESPONSÁVEIS POR VINHOS FAMOSOS, COMO MIOLO, TERRA NOVA, GARZIERA, BOTTICELLI E RIO SOL, ESTA ÚLTIMA VINÍCOLA ACABA DE RECEBER A MEDALHA DE OURO NO CONCURSO MUNDIAL DE BRUXELAS 2015, COM O RÓTULO PARALELO OITO. ISSO PORQUE OS PRODUTORES PODERÃO CONTINUAR SEUS INVESTIMENTOS, GERANDO EMPREGO E RENDA NA REGIÃO. A AGRICULTURA NO VALE DO SÃO FRANCISCO GARANTE, HOJE, MILHARES DE POSTOS DE TRABALHO PARA NOSSOS SERTANEJOS E SERTANEJAS. NO CASO DE PETROLINA, ESPECIFICAMENTE, SABEMOS QUE O IMPACTO DESSE PROJETO DEVERÁ IR ALÉM DA PRODUÇÃO DE FRUTAS, QUE APARECE, ATUALMENTE, COMO A TERCEIRA MAIOR DO PAÍS E A VIGÉSIMA MAIOR EXPORTAÇÃO DO MUNDO. A DESONERAÇÃO TRIBUTÁRIA VAI MELHORAR O DESEMPENHO DA FRUTICULTURA NO SERTÃO DO SÃO FRANCISCO E PROMOVER A DINAMIZAÇÃO DA INDÚSTRIA, DO COMÉRCIO, DO TURISMO E DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO, COMO PETROLINA, LAGOA GRANDE E SANTA MARIA DA BOA VISTA. ISSO REPRESENTA MAIS OPORTUNIDADE NA VIDA DA NOSSA GENTE, QUE TAMBÉM PRECISA DE CAPACITAÇÃO PARA ATENDER ÀS EXIGÊNCIAS DO MERCADO DE TRABALHO. QUALIFICAÇÃO QUE VEM ACONTECENDO DESDE O INÍCIO DO GOVERNO DO NOSSO INESQUECÍVEL EDUARDO CAMPOS E QUE CONTINUA COM O GOVERNADOR PAULO CÂMARA, TRAZENDO RESULTADOS EXTREMANENTE POSITIVOS NAS ESCOLAS PÚBLICAS ESTADUAIS E MUNICIPAIS DE PETROLINA, E QUE PODE MELHORAR AINDA MAIS. PORTANTO, NO SENTIDO DE CONTINUAR A INTERIORIZAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL, INDICO A IMPLANTAÇÃO DE UMA ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL EM PETROLINA, PROFISSIONALIZANDO NOSSOS JOVENS DE OLHO NAS OPORTUNIDADES LOCAIS QUE IRÃO SURTIR. A PREFEITURA DE PETROLINA JÁ SE COMPROMETEU, INCLUSIVE, EM DOAR UM TERRENO DE MAIS DE 16 MIL METROS QUADRADOS PARA CONSTRUIR ESSE EQUIPAMENTO. FINALIZO MEU PRONUNCIAMENTO PARABENIZANDO O DEPUTADO FEDERAL BETINHO GOMES PELA PL DO VINHO E APROVEITANDO PARA REFORÇAR QUE O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E A EDUCAÇÃO SÃO PRIORIDADES DO NOSSO GOVERNADOR PAULO CÂMARA.

PRONUNCIAMENTO DE LUCAS RAMOS NA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 1 DE SETEMBRO DE 2015.

SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS, BOA TARDE!

VENHO HOJE A ESTA TRIBUNA ABORDAR UM ASSUNTO QUE INTERESSA CENTENAS, MILHARES DE FAMÍLIAS PERNAMBUCANAS CUJOS FILHOS ESTÃO PRESTES A INGRESSAR NO ENSINO FUNDAMENTAL. TRATA-SE DO PROJETO DE LEI 253/2015, DE AUTORIA DA MINHA ESTIMADA COLEGA PRISCILA KRAUSE, CUJO OBJETIVO É PERMITIR A MATRÍCULA NO ENSINO FUNDAMENTAL DE TODO ALUNO QUE COMPLETAR SEIS ANOS DE IDADE ATÉ O DIA 31 DE DEZEMBRO DO ANO EM CURSO. O PROJETO VEM PARA CORRIGIR DUAS RESOLUÇÕES DO CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO QUE RESTRINGEM A MATRÍCULA NO ENSINO FUNDAMENTAL DE CRIANÇAS QUE COMPLETEM SEIS ANOS DE IDADE ATÉ A “DATA-CORTE” DO CONSELHO, QUE, ATUALMENTE, É 31 DE MARÇO DO ANO SUBSEQUENTE. CASO AS RESOLUÇÕES VIGENTES DO CONSELHO SEJAM APLICADAS, COMO FICARÃO AS CRIANÇAS QUE FIZERAM OU AINDA FARÃO SEIS ANOS DE IDADE DEPOIS DO DIA 31 DE MARÇO DESTE ANO? ELAS GANHARÃO DE PRESENTE DE ANIVERSÁRIO A NEGATIVA DE ACESSO AO ENSINO FUNDAMENTAL POR MERA QUESTÃO CRONOLÓGICA. GOSTARIA DE FAZER AINDA OUTROS QUESTIONAMENTOS, SENHORES E SENHORAS, PARA REFLETIRMOS UM POUCO MAIS SOBRE ESSE ASSUNTO. COMO FICARÃO OS PAIS, QUE INVESTEM NA EDUCAÇÃO DOS SEUS FILHOS E SABEM QUE, PELA CAPACIDADE COGNITIVA DAS CRIANÇAS, É POSSÍVEL QUE ELAS ASSUMAM UMA NOVA ETAPA DO ENSINO: VÃO TER DE SE CONFORMAR E CONVENCER SEUS PEQUENOS A FICAREM REPETINDO CONTEÚDO POR MAIS UM ANO PORQUE BRASÍLIA ASSIM O QUER? SEM CONTAR COM OS TRANSTORNOS PSICOLÓGICOS DESSES ALUNOS, QUE TERÃO DE CONVIVER EM SALA DE AULA COM COLEGAS MENOS EXPERIENTES, EGRESSOS DE UMA TURMA EM ESTÁGIO INFERIOR A DELES. ISSO É UM DESISTÍMULO AOS ESTUDANTES, SOBRETUDO NUMA IDADE QUE REQUER TANTO CUIDADO E ATENÇÃO, JUSTAMENTE NA FASE DA ALFABETIZAÇÃO. POR ISSO, ENGROSSO O CORO DA NOSSA COLEGA PRISCILA KRAUSE, SOLICITANDO QUE ANALISEMOS COM BREVIDADE ESTE PROJETO DE LEI TÃO IMPORTANTE PARA A EDUCAÇÃO EM PERNAMBUCO, A EXEMPLO DO QUE JÁ OCORRE EM OUTROS ESTADOS, COMO MINAS GERAIS, RIO DE JANEIRO E PARANÁ. A DEPUTADA JÁ RECEBEU ABAIXO-ASSINADOS EM SEU GABINETE COM MAIS DE TREZENTOS CIDADÃOS SOLICITANDO O ATENDIMENTO DESTE PLEITO. TANTOS OUTROS PAIS E MÃES DE FAMÍLIA TAMBÉM NOS PROCURARAM SOLICITANDO A MESMA ATENÇÃO. CIDADÃOS PERNAMBUCANOS QUE QUEREM NOSSA AJUDA PARA ALGO QUE PODEMOS CONSIDERAR SUPRAPARTIDÁRIO, TÃO IMPORTANTE COMO É EDUCAÇÃO. E MAIS: COM A APROVAÇÃO DESSE PL, VAMOS NÃO SÓ FAZER JUS À REIVINDICAÇÃO DOS PAIS E ALUNOS, MAS TAMBÉM EVITAR UMA SOBRECARGA DO PODER JUDICIÁRIO, QUE, COM CERTEZA, SOFRERÁ AS CONSEQUÊNCIAS, SE NÃO FIZERMOS NOSSA PARTE, POIS QUALQUER PAI OU MÃE QUE SE SENTIR PREJUDICADO E, PRINCIPALMENTE, TIVER SEU FILHO PREJUDICADO, ENTRARÁ NA JUSTIÇA CONTRA ESSAS RESOLUÇÕES. QUEREMOS E PODEMOS MUDAR ESSE QUADRO, FAÇO MEU APELO PARA QUE SIGAMOS EM FRENTE PELA APROVAÇÃO DO PROJETO DE LEI QUE PERMITE O INGRESSO NO ENSINO FUNDAMENTAL ÀS CRIANÇAS QUE COMPLETAM SEIS ANOS DE IDADE ATÉ O DIA 31 DE DEZEMBRO DO ANO EM CURSO.

PRONUNCIAMENTO DE LUCAS RAMOS NA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 20 DE OUTUBRO DE 2015.

SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS, BOA TARDE.

QUERO REAFIRMAR MINHA POSIÇÃO DE REPÚDIO AO PROJETO DE LEI NÚMERO 3722, DE 2012, QUE ENTRA HOJE NA PAUTA DA COMISSÃO ESPECIAL DA CÂMARA DOS DEPUTADOS E ESTÁ, NESTE MOMENTO, SENDO ANALISADO. DE AUTORIA DO EXCELENTÍSSIMO DEPUTADO FEDERAL ROGÉRIO PENINHA MENDONÇA, O PROJETO ALTERA O ESTATUTO DO DESARMAMENTO, DEIXANDO MAIS FLEXÍVEIS A COMPRA, A POSSE E O PORTE DE ARMAS EM TODO O PAÍS. ONTEM, NESTA MESMA TRIBUNA, MEU COLEGA E COMPANHEIRO DE PARTIDO ADALTO SANTOS, DESTACOU A NECESSIDADE DE UNIRMOS ESFORÇOS PARA BARRAR ESTE PROJETO QUE VAI DE ENCONTRO AO QUE TEMOS DE MAIS PRECIOSO: ELE VAI DE ENCONTRO À NOSSA VIDA, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS. REFORÇO AS PALAVRAS DO NOBRE COLEGA: APROVAR ESTE PROJETO É UMA VERGONHA PARA O CONGRESSO BRASILEIRO. NÃO PODEMOS ADMITIR QUE O ESTATUTO, UMA CONQUISTA DA SOCIEDADE BRASILEIRA, SEJA MODIFICADO APENAS PELO INTERESSE DA BANCADA DA BALA, FINANCIADA PELA INDÚSTRIA BÉLICA E MAIOR INTERESSADA NA MODIFICAÇÃO DA ATUAL POLÍTICA DE AQUISIÇÃO DE ARMAS DE FOGO PARA AUMENTAR SEU FATURAMENTO. ESTAMOS COLOCANDO À FRENTE DA PAZ SOCIAL O INTERESSE DOS FABRICANTES DE ARMAS. ESTAMOS TROCANDO VIDAS POR DINHEIRO, MEUS COLEGAS. O PROJETO DE LEI NÚMERO 3722 É UMA VERDADEIRA AFRONTA À PAZ SOCIAL E NÃO DEVERIA NEM MESMO EXISTIR. JÁ MOBILIZEI, NO MÊS PASSADO, NOSSA BANCADA FEDERAL EM BRASÍLIA PARA QUE O PROJETO NÃO AVANCE. SE APROVADO, PODEMOS VER JOVENS DE 21 ANOS DE IDADE ARMADOS ATÉ OS DENTES, JÁ QUE A PROPOSTA PERMITE, ENTRE OUTROS ABSURDOS, O AUMENTO DO NÚMERO DE ARMAS QUE UMA SÓ PESSOA PODE ADQUIRIR, PASSANDO DE SEIS PARA NOVE. E ISSO NÓS NÃO QUEREMOS.

OUTRO PONTO ULTRAJANTE DA PROPOSTA É LIBERAR A COMPRA DE UMA MAIOR QUANTIDADE DE MUNIÇÕES DO QUE JÁ ESTÁ POSTO. ESSE TOTAL PASSARÁ DE 50 UNIDADES POR ANO PARA 50 UNIDADES POR MÊS. ISSO SIGNIFICA QUE UM SÓ BRASILEIRO PODERÁ ADQUIRIR CINCO MIL E QUATROCENTAS MUNIÇÕES POR ANO. UMA SÓ PESSOA PODERÁ TER DENTRO DA SUA CASA CINCO MIL E QUATROCENTAS MUNIÇÕES POR ANO. UM VERDADEIRO ARSENAL DENTRO DE CASA.

CREIO, NOBRES DEPUTADOS, QUE NÃO PRECISO ME ALONGAR SOBRE O RISCO QUE ISSO REPRESENTA PARA A SOCIEDADE. NA MAIORIA DAS VEZES, É A ARMA QUE ESTÁ DENTRO DAS NOSSAS CASAS QUE CHEGA NA MÃO DOS BANDIDOS E MATA O CIDADÃO DE BEM.

E AINDA TEMOS O EXEMPLO NORTE-AMERICANO, QUANDO DE TEMPOS EM TEMPOS NOS DEPARAMOS COM NOTÍCIAS DE PESSOAS QUE, TOMADAS POR UM SURTO DE ÓDIO E COM UMA ARMA NA MÃO, PROVOCAM VERDADEIRAS TRAGÉDIAS E CHACINAS. PESSOAS MUITAS VEZES SEM ANTECEDENTES CRIMINAIS.

NAQUELE PAÍS O DEBATE SOBRE O ACESSO ÀS ARMAS FOI RETOMADO E O PRÓPRIO PRESIDENTE BARACK OBAMA SE MOSTRA DEFENSOR DE UMA POLÍTICA MAIS DURA, QUE CONTROLE A VENDA DAS ARMAS DE FOGO NO TERRITÓRIO AMERICANO.

VOLTANDO PARA NOSSA REALIDADE, MEUS COLEGAS, FACILITAR O ACESSO A ARMAS É DESCONSIDERAR OS AVANÇOS QUE CONQUISTAMOS COM AS CAMPANHAS DE DESARMAMENTO VOLUNTÁRIO.

GRAÇAS A ELAS, CONSEGUIMOS REDUZIR EM MAIS DE QUINZE POR CENTO O NÚMERO DE MORTES POR ARMA DE FOGO ENTRE 2003 E 2012. SALVAMOS, PORTANTO, MAIS DE CENTO E SESSENTA MIL VIDAS.

NESTE SENTIDO, GOSTARIA DE APRESENTAR UM DADO QUE REFORÇA NOSSA POSIÇÃO CONTRÁRIA À ALTERAÇÃO NO ESTATUTO DO DESARMAMENTO: A POLÍCIA FEDERAL APREENDEU E RECOLHEU DESDE 2003 ATÉ AGORA, QUANDO FOI SANCIONADO O ESTATUTO, MAIS DE 785 MIL ARMAS DE FOGO, NÚMERO QUASE VINTE VEZES MAIOR DO QUE A QUANTIDADE QUE SAIU DAS RUAS TREZE ANOS ANTES DA APLICAÇÃO DA LEGISLAÇÃO.

ESTE CONTROLE RIGOROSO NA AQUISIÇÃO DE ARMAS E AS CAMPANHAS DE DESARMAMENTO SÃO A PROVA DE QUE ESTAMOS NO CAMINHO EM BUSCA DA PAZ SOCIAL E NÃO PODEMOS DAR UM PASSO PARA TRÁS.

NÃO VAMOS ARMAR NOSSA POPULAÇÃO. NÃO VAMOS CRIAR UM AMBIENTE DE INSEGURANÇA DENTRO DAS NOSSAS RUAS, ESCOLAS, CLUBES, PARQUES E CASAS.

LIBERAR O PORTE DE ARMAS PARA CIVIS, REDUZINDO AS EXIGÊNCIAS AO MÍNIMO E PERMITINDO QUE A POPULAÇÃO ANDE ARMADA NAS RUAS, VAI DE ENCONTRO AOS OBJETIVOS DA LEI ATUAL, QUE, OUVINDO ESPECIALISTAS E A VONTADE DO POVO, PROÍBE QUE CIVIS CIRCULEM ARMADOS EM VIAS PÚBLICAS.

CONVOCO MAIS UMA VEZ NOSSA BANCADA NA CÂMARA EM BRASÍLIA, NOSSOS 25 DEPUTADOS FEDERAIS, PARA QUE SE UNAM E NOS AJUDEM A EVITAR ESTE RETROCESSO NA SEGURANÇA PÚBLICA.

SOMOS A FAVOR DA VIDA. NÃO EXISTE UMA SOLUÇÃO MÁGICA PARA QUEBRAR O CICLO DA VIOLÊNCIA NO PAÍS, MAS, COM CERTEZA, A PRINCIPAL FORMA DE REDUZIR A VIOLÊNCIA E A GUERRA NÃO DECLARADA QUE VIVEMOS É O DESARMAMENTO DA POPULAÇÃO CIVIL.

PRONUNCIAMENTO DE DR. VALDI NA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 19 DE OUTUBRO DE 2015.

Mensagem do dia do Médico

Ontem foi um dia especial, deve ser por isto que senti a luminosidade maior do sol. Com certeza é Deus abençoando tão amorosa e digna profissão. Suas incansáveis horas de dedicação, de carinho, de atenção, a cada um de seus pacientes. Chega a ser difícil conseguir as palavras certas para traduzir o agradecimento que o médico merece. Caríssimo Doutor que brilho interior emana de ti, sua competência e sabedoria o tornam um ser iluminado. És como um grande sábio, possuis a paciência necessária. Nunca desacreditando no potencial de cada um, as suas vitórias e conquistas são contadas pelos sorrisos nos rostos daqueles que recuperam o prazer da vida através da sua habilidade, da sua intuição. Deus te mostra benevolente com todos nós, que Deus o ilumine e continue sempre com esse exemplo de luta e coragem, dignos de serem seguidos.

Quando nascemos, recebemos diferentes missões. A do médico é salvar vidas! Pelo talento de suas mãos, transforma todo homem em bonança. Sua alma não se contém diante do desespero de uma criança ou de um idoso. Por isso, o médico vai operando milagres, trazendo esperança a corações desesperançados. Falar de seu ofício de médico não é fácil. Existem muitas dificuldades e seu trabalho é incansável. Sabemos que o médico faz por amor ao ser humano sempre. Não há tempos, nem momentos para fazer o bem, por isso, devemos ao médico nossa saúde. O médico não escolhe dia para exercer a sua profissão. Para ele, todo dia é dia de salvar vidas. Por isso, seremos sempre gratos e rendemos nossas homenagens. Nosso sincero agradecimento de quem sabe que, sem o médico, nossa vida não seria tão feliz. Obrigado, Doutor, pela sua paciência também. Obrigado pelas palavras de conforto que pronuncia nos momentos de incertezas. Obrigado pela disponibilidade e amabilidade, obrigado por seres atencioso, cortês e realista diante dos fatos. Pela vontade de ajudar a transpor obstáculos. Quando nos últimos recursos encontro suas mãos imantadas pelo calor humano. Obrigado pela sua coragem. Obrigado por ontem, por hoje e pelo amanhã. Que Deus abençoe tuas mãos que amenizam a dor e curam as feridas. Que Deus abençoe tua vida, tua família e tua morada, hoje e sempre, para que possas, por longo tempo, sanar a dor que sangra nas casas, nas ruas e nos leitos dos hospitais. Que Deus continue a guiar tuas mãos e a encher de amor teu coração para que sejas sempre o caminho da bondade e da esperança para aqueles que em tuas mãos depositam suas vidas. Pela dedicação, amor e carinho com que segues a jornada que escolheste para tua vida.

MINHA ORAÇÃO:

Ó Mestre, Eu te agradeço porque me entregaste a missão de exercer a medicina, restituir a alegria de viver às pessoas que me são confiadas a qualquer hora, momento e lugar. Ofereço-te a minha vocação de servir à sociedade como instrumento de tua providência. Grandes são os avanços da ciência, mas também são inúmeros os desafios à limitação humana que exige de mim seriedade, equilíbrio, sabedoria e fidelidade ao juramento que fiz. Ó Deus da vida! Ilumina-me e faça de mim um mensageiro de misericórdia e esperança. Que no final de cada jornada eu possa celebrar o renascer da vida, fruto do trabalho e entregar-te às situações da minha limitação quando não tiver êxito. Senhor, que veste trazer vida em abundância, torna-me um instrumento de tua misericórdia. Amém. Obrigado, Senhor!

FELIZ DIA DOS MÉDICOS!

PRONUNCIAMENTO DE SIMONE SANTANA NA REUNIÃO SOLENE REALIZADA EM 19 DE OUTUBRO DE 2015.

Boa noite a todas e todos aqui presentes

Era o ano de 1956 quando a família de Sr. Manoel de Holanda Cordeiro chegou a Pernambuco migrada de Alagoas. Entre os 19 filhos e filhas, a matriarca Ester Augusta Cordeiro trazia nos braços uma menina de apenas um ano de idade chamada Sílvia Maria Cordeiro. Osvaldo Cordeiro de Farias era o nosso governador e Pernambuco iniciava sua industrialização, como os demais estados, impulsionado pelas indústrias estatais dos setores de bens de produção e de infraestrutura, entre elas a Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Chesf). O país realizava sua 1ª Conferência Nacional das Mulheres Trabalhadoras do Brasil, que perseguiam melhorias nas condições de trabalho, com destaque para o direito à creche.

A menina Sílvia crescia. Aprendeu a ler e escrever no Colégio Santa Sofia, em Garanhuns, onde viveu até os sete anos. Mal podia imaginar que sua biografia a colocaria frente a frente com a história de milhões de mulheres e que sua causa a levaria a desempenhar um relevante papel no Estado de Pernambuco. Em 1975, a jovem com então 19 anos, foi aprovada no vestibular de medicina pela Faculdade de Ciências Médicas, da Universidade de Pernambuco. O Brasil já vivia há uma década sob o regime militar que violava os direitos humanos com práticas de torturas, assassinatos e censura. O governador de Pernambuco, Miguel Arraes, deposto e preso pelos militares, encontrava-se então exilado na Argélia. Quanto às pernambucanas militantes de esquerda Lourdes Maria Wanderley Pontes e Ranúsia Alves Rodrigues, essas não conseguiram escapar e foram mortas pelos órgãos de segurança do regime militar. Outro grave fato que marcou aquele ano foi a morte sob tortura do jornalista Vladimir Herzog, que gerou uma grande onda de comoção social. Políticos da oposição, setores progressistas da Igreja Católica, estudantes universitários e parte da imprensa realizaram um grande ato com a participação de milhares de pessoas.

Eram tempos difíceis. A Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) institui a Década da Mulher (1975-1985). E aconteceu a 1ª Conferência Mundial sobre a Mulher, no México, surgindo ainda em São Paulo, o Movimento Feminino pela Anistia. Já despertada pela importância do seu papel de mulher e cidadã, a vida acadêmica da aluna de medicina foi marcada pela intensa participação no movimento estudantil. Seu destacado ativismo no campo das liberdades democráticas rendeu a eleição para o Diretório Acadêmico da Faculdade de Ciências Médicas, intensificando as articulações pela criação do Diretório Central de Estudantes - DCE da UPE. O Brasil fervilhava em 1979, com o Movimento pela Anistia. Miguel Arraes voltou ao Brasil, e Pernambuco o acolhia com entusiasmo. Um ano depois, a estudante Sílvia Maria comemorou sua formatura com a mesma alegria que celebrou a aprovação, no Congresso Nacional, da emenda constitucional que estabeleceu eleições diretas para governadores de Estado e que acabava com a nomeação de senadores biônicos.

Finalzinho dos anos 70, era ainda tempo de ouvir Gracias a La Vida, com Mercedes Sosa, e London, London, com Caetano Veloso. A Dra. Sílvia passou a atuar no Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais no interior do Estado com a perspectiva de organizar as mulheres. Várias iniciativas assim aconteciam pelo Brasil, como articulações políticas, associações de bairros, clubes de mães, grupos organizados de trabalhadoras.... Entre eles, um dos mais antigos de Pernambuco, o Centro das Mulheres do Cabo, criado na década de 1980, tendo Sílvia como sócia-fundadora e coordenadora da entidade por três mandatos. E, aos 26 anos, a idealista Sílvia Maria Cordeiro já acreditava que a luta da sociedade civil organizada pela

democracia era urgente e que avançava no ritmo possível. Com destaque visível na luta das mulheres, resolveu semear sua esperança no futuro, dando luz à desejada menina "Ludmila". Os tempos voaram. A promessa de liberdade e justiça se cumpriu. As vozes ecoaram das ruas com fervor no Movimento Diretas Já, em 1984. E onde tivesse uma mobilização em favor das nossas conquistas e liberdades, lá estava a inquieta Sílvia, consciente de que ainda era necessário ampliar a democracia, para garantir uma participação mais ativa das mulheres.

E já à frente do Departamento de Medicina Sanitária da Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social do Cabo de Santo Agostinho e integrante da Sociedade de Medicina de Pernambuco, a cidadã Sílvia se inseriu em lutas históricas, como o Movimento da Reforma Sanitária. Participou como delegada da histórica 8ª Conferência Nacional de Saúde (1986), que estabeleceu as diretrizes para a criação do Sistema Único de Saúde (SUS), implantado em 1990. Como ativista do movimento feminista contribuiu na construção e defesa do Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher. Participou do encontro promovido pelo Conselho Nacional de Defesa dos Direitos da Mulher, no qual foi discutida e aprovada em plenário a Carta das Mulheres Brasileiras aos Constituintes (1986), o que originou o movimento “Constituinte Pra Valer Tem que Ter Palavra de Mulher (1987-1988)”. Promovido por feministas, organizações de mulheres e parlamentares constituintes, o movimento chamado “Lobby do Batom” garantiu que a Constituição Federal incluísse a igualdade formal de direitos entre mulheres e homens no Brasil.

Neste século XXI, articulações, redes, entidades, organizações sociais, executivos, legislativos, judiciários promoveram ações que contribuíram para alavancar conquistas importantes no campo de gênero no Brasil e em Pernambuco, como a 1ª Conferência de Mulheres Brasileiras que aprovou a Plataforma Política Feminista, documento construído a partir da mobilização de milhares de ativistas em todo o território nacional, cujas proposições subsidiaram e subsidiam planos de governos e demais poderes públicos nos três níveis da federação. Podemos citar as mais expressivas, entre elas: Instalação de centenas de organismos de políticas para as mulheres nos três níveis de gestão; criação da Lei Maria da Penha e aprovação da Lei do Feminicídio.

Afirmo sem hesitar que a cidadã Sílvia Maria Cordeiro, nossa escolhida para receber esse título, aqui na Alepe, fez e faz história. Regeu sua vida sem desafinar, seja nas passagens pelo Centro das Mulheres do Cabo, Fórum de Mulheres de Pernambuco, Secretaria Executiva da Rede Mulher e Democracia, Fórum Estadual de Erradicação do Trabalho Infantil, Conselho Estadual de Desenvolvimento Econômico e Social (CEDES) do Governo de Pernambuco, Comitê da Ação Regional na América Latina de Empoderamento das Mulheres, Fórum Metropolitano de Gestoras de Organismos de Políticas Públicas para as Mulheres, e outras tantas dezenas de organizações sociais e movimentos que contribuíram extraordinariamente para as conquistas, consolidação e ampliação dos direitos das mulheres pernambucanas.

Não à toa, Sílvia Cordeiro foi convidada a integrar a Prefeitura do Recife como Secretária da Mulher na atual gestão, iniciada em 2013. E, neste ano de 2015, foi convocada a comandar a Secretaria da Mulher do Estado de Pernambuco, onde vem desenvolvendo um trabalho exitoso revelado na instalação de 176 organismos municipais de políticas para as mulheres e na inédita criação do FEM-Mulher, fortalecendo assim os municípios e descentralizando ações para contemplar as mulheres dos rincões mais longínquos do nosso estado.

Pernambuco, que a viu criança, também a viu se tornar uma mulher, feminista, médica, mãe e avó de Marina e Felipe. Da ditadura à democracia. De Arraes, aguerrida militante de esquerda, a conselheira Estadual de Desenvolvimento Econômico e Social do Governo do seu neto Eduardo Campos. Da Prefeitura do Recife, com Geraldo Júlio, ao Governo de Pernambuco, com Paulo Câmara.

Portanto, Sílvia Maria Cordeiro já é PERNAMBUCANA de corpo, alma e coração. A mim cabe apenas repassar a ela esse merecido título. Obrigada!

PRONUNCIAMENTO DE SIMONE SANTANA NA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 23 DE SETEMBRO DE 2015.

Recente pesquisa do DataSenado ouviu os brasileiros e perguntou: "Você acredita que as pessoas com algum tipo de deficiência têm seus direitos respeitados no Brasil?". E 80,1% afirmaram que não. Sabemos ser verdade. E quando o assunto é a saúde destes, também temos consciência da gravidade da questão.

Ontem, o governador Paulo Câmara sancionou a Lei nº 15.585, de minha autoria, que institui no calendário de eventos do nosso Estado, a Semana Estadual de Prevenção às Deficiências, a ser celebrada anualmente na semana em que está compreendido o 21 de setembro, já dedicado ao Dia Nacional de Luta das Pessoas com Deficiência. O objetivo é incentivar a realização de atividades educativas e esclarecedoras, relativas à prevenção das deficiências.

Segundo a Organização Mundial de Saúde, mais de 70% das deficiências poderiam ser evitadas, se houvesse mais investimentos e intervenções oportunas. Dados do segmento lembram que 40% dos casos graves de deficiência mental e 60% das deficiências visuais podem ser evitadas por medidas preventivas.

A prevenção inclui muitas e diferentes ações que vão desde o pré-natal, passando pela assistência ao parto, puericultura, prevenção e diagnóstico precoce de doenças controláveis como hipertensão arterial e diabetes, normas de segurança para evitar acidentes de trânsito, do trabalho e as doenças profissionais, dentre outras. Neste contexto, relevantes são as campanhas de vacinação e a adoção do calendário nacional de vacinação, capazes de evitar sequelas graves e mortes. Como, por exemplo, a poliomielite, erradicada no Brasil e causadora de deficiências motoras variadas, que se tornou uma doença do passado.

Sem dúvida, atualmente as principais causas de deficiência são os acidentes, com especial participação dos acidentes de trânsito e mais especificamente, os de motocicletas e ciclomotores.

No Brasil os números são impactantes. São 139 mortes por dia por acidente de trânsito e, para cada morte, três outras pessoas desenvolvem algum tipo de deficiência, com muitos casos de amputação total ou parcial. Já o Ministério do Trabalho, em 2002, contabilizou 387.905 acidentes laborais, sendo 320.398 por falta de segurança e negligência no trabalho. E, destes, 15.029 causaram incapacidades permanentes.

O Censo de 2000 (IBGE), já revelava que 14,5% da população possuía algum tipo de deficiência mental permanente, física, auditiva, visual ou múltipla. Isso significa 24,5 milhões de pessoas. Outro dado que corrobora para a importância da prevenção nesta área revela que cerca de 10% da população de países desenvolvidos têm algum tipo de deficiência, enquanto em países em desenvolvimento o índice gira em torno dos 25% (ONU).

É possível observar grandes avanços nas áreas de reabilitação e educação especial, mas o mesmo não acontece na área de prevenção. Acredita-se que a ação educativa é uma estratégia mais simples, de menor custo, podendo ser aplicada à nossa realidade, por meio de informação, orientação ou campanhas, conscientizando a coletividade sobre as necessidades dos cuidados prioritários com a própria saúde e a da população em geral.

E aqui entra a importância dessa Lei ora sancionada. Com a Semana Estadual de Prevenção às Deficiências o assunto ganha mais visibilidade, atraindo atenções e cuidados em direção a ações que ajudem a evitar e diminuir deficiências decorrentes, na sua grande maioria, da falta de informação.

Obrigada e boa tarde!

PRONUNCIAMENTO DE SIMONE SANTANA NA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 24 DE AGOSTO DE 2015.

Sr. Presidente, Prezadas Deputadas, Senhores Deputados,

Hoje, 24 de agosto, é o Dia da Infância. A data foi instituída pelo Unicef, Fundo das Nações Unidas para a Infância, em 1995, com a finalidade de jogar luz sobre os direitos e as reais condições de vida das crianças em todo o mundo. Trata-se também de uma oportunidade de reflexão sobre a parte que nos cabe no débito da sociedade e do estado com grande parcela das crianças brasileiras e, mais de perto, com as pernambucanas que têm seus direitos negados.

É fato que a AFETIVIDADE é um dos principais estímulos na aprendizagem das crianças. E, quem primeiro mantém esse contato é a mãe. Mas qual o papel do pai, efetivamente, na formação dos filhos? Pai presente não é aquele que dá apenas suporte financeiro para a criação dos filhos. É seu papel também participar e acompanhar a gestação, as consultas de pré-natal e o parto, dando confiança, carinho e segurança à mãe. Não só ajudar, mas ter com sua responsabilidade as sucessivas etapas de criação dos filhos. Vivenciar sua realidade de perto. A realidade das dores, das alegrias. Das necessidades e cobranças. Nossa sociedade precisa avançar mais nessa inclusão. Precisa criar oportunidades para realçar a importância da figura paterna. Historicamente no Brasil não é cobrado ao homem esse múltiplo papel, além de provedor, o de pai presente, educador e acolhedor. Há um grande espaço a ser explorado e um imenso universo de situação para que esse pai se coloque na vida de seus filhos e filhas. Muitas dessas situações, como consultas médicas e reuniões da escola, são tarefas quase que oficializadas como “práticas de mãe”.

A data nos remete a muitas outras reflexões desafiadoras, como o direito que toda criança tem de ter um nome, uma identidade, uma nacionalidade. No Nordeste, cerca de 14% das crianças não têm certidão de nascimento. Sem o referido documento, a criança fica à margem dos seus direitos e não existe enquanto cidadã. Além do que, a falta de registro compromete o planejamento de políticas públicas de saúde, educação e assistência social e aumenta a sua vulnerabilidade ao trabalho infantil, à exploração sexual e ao tráfico de crianças.

Para enfrentar essa situação, e aqui vai o nosso aplauso, em Pernambuco foi criado o Programa Minha Certidão, com o objetivo de garantir a universalização do acesso ao registro civil de nascimento ainda na maternidade.

A celebração do Dia da Infância ainda nos leva a condenarmos o que podemos chamar do afeto negado. E novamente temos como figura central o pai. O afeto negado atinge aquelas crianças que crescem sem a referência paterna. E o pior, sem a filiação completa em seus documentos, um indicio de irresponsabilidade social. Dados do Conselho Nacional de Justiça, com base no Censo Escolar de 2011, apontam que há mais de 5,5 milhões de crianças brasileiras sem o nome do pai na certidão de nascimento, um direito que impacta diretamente no comportamento e na formação da personalidade e identidade da criança. Acredito na educação como caminho para mudança desta realidade. As escolas são importantes espaços de convívio social.

Mas torna-se necessária uma estratégia que incluia efetivamente as famílias e que induza a sociedade a colocar a criança no centro de todas as suas ações e atenções. Lá, as crianças constroem uma trajetória que permite romper com muitos males. Os indicadores relacionados à educação infantil no Brasil ainda ficam bem aquém do desejado e necessário. Em 2011, a cobertura de creche no Brasil foi de apenas 20,8%, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), apesar de ser um direito assegurado desde a Constituição de 1988 e ratificado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. É inquestionável que o aprendizado da criança está ligado às suas vivências e às oportunidades que essa criança tem ao longo da vida. Estudos comprovam que a arquitetura do cérebro é construída a partir das experiências de cada um. E experiências positivas na formação das crianças contribuem para o crescimento e desenvolvimento saudáveis. Poderíamos falar bem mais sobre cuidado, proteção, necessidades. Sobre a criança contextualizada no que chamamos de nova família brasileira. São tantas as questões e desafios que nos apresenta a sociedade moderna, mas o essencial é termos a consciência de que a batalha permanente é defender e proteger os direitos de nossas crianças. Obrigada pela atenção.

PRONUNCIAMENTO DE SIMONE SANTANA NA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 17 DE AGOSTO DE 2015.

Boa Tarde a todas e a todos aqui presentes,

Considerando que no último dia 15 de agosto, comemoramos o dia da gestante, trago hoje um grave problema de saúde pública que é a mortalidade materna, evidente nos países em desenvolvimento, onde ocorrem 99% destes óbitos. O objetivo é colocar luz nesta situação, sabendo que a sua remediação é responsabilidade do poder público nas três esferas, sem eximir profissionais de saúde, gestores e a sociedade como um todo.

A razão de mortalidade materna abrange os óbitos de mulheres em idade fértil (10 – 49 anos), durante o período da gestação até a oitava semana após o parto, e reflete de perto as condições sócioeconômicas locais. Segundo a OMS, em 2008, variou de 3/100.000 NV na Irlanda a 1.200/100.000 NV no Afeganistão. Dentre as oito metas de Desenvolvimento do Milênio da Organização das Nações Unidas, assinadas em setembro de 2000 por 189 países, inclusive pelo Brasil, estava a redução da mortalidade materna em 75% até 2015, tendo como base o ano de 1990. Até 2013 o Brasil havia reduzido em 43%, menos que o Peru (64%) e Bolívia e Honduras (61% cada). De 2000 a 2013, teve a 4ª pior taxa de redução dessas ocorrências no mundo ao lado da Guatemala e na frente apenas de Madagascar, África do Sul e Iraque, o que demonstra que os esforços realizados pelo país têm sido insuficientes para impedir as mortes maternas evitáveis, causadas pela DHPG, hemorragias, infecção puerperal e consequências de abortoamento.

A OMS considera elevada a Razão de Mortalidade Materna superior a 25/100.000 NV. Na América Latina, o Chile é um exemplo de país que conseguiu uma redução acentuada – de 40/100.000NV em 1990 para 18,7/100.000NV em 2000, provavelmente por readequação dos serviços de saúde voltados para a prevenção da mortalidade materna.

Embora o Brasil apresente registros de uma boa cobertura de pré-natal (91%) e que 98% dos partos sejam hospitalares, o relatório de monitoramento da ONU sugere que esses serviços não sejam de boa qualidade; que haja deficiência na formação dos profissionais que atendem no pré-natal e parto; que haja filas de espera e peregrinação nos hospitais e falta de acesso oportuno a serviços qualificados de urgência e emergência. Além disso, quando estes dados são desagregados revelam iniquidades importantes, por exemplo, no estado do Maranhão apenas 23% das mães de nascidos vivos fizeram 7 consultas de pré-natal enquanto no Paraná este percentual chega a 80%.

Numa pesquisa global, realizada também pela ONU, em 2005-2006, sobre Saúde Materna e Perinatal em 24 países, os principais resultados apontam uma relação inversa entre educação e mortalidade materna. Mulheres sem instrução têm quase 3 vezes mais risco de morte materna, e as que tinham de 1 a 6 anos de escolaridade o dobro das que tinham até 12 anos de estudo.

No Brasil, quanto aos fatores de risco para o óbito materno, dados recentes dos sistemas de informação sugerem também valores mais elevados nas mulheres acima de 40 anos de idade, de menor renda familiar, de menor escolaridade, da raça negra e com pouco acesso à assistência, sendo um importante indicador das condições de vida e injustiça social.

Outro achado importante nos estudos nacionais foi a deficiência na atenção do pré-natal e falhas na assistência ao parto, como a subutilização do sulfato de magnésio nas portadoras de pré-eclampsia e os entraves para transfusão nos quadros hemorrágicos. De 1990 a 2012, conseguimos a redução de 70,5% na taxa de mortalidade infantil, que inclui a faixa etária até 1 ano de idade. Entretanto a mortalidade perinatal, ou seja, até o 28º dia de vida, que está diretamente relacionada com o pré-natal e assistência ao parto, não apresentou a mesma performance.

O que chama mais a atenção é que as principais causas diretas de óbito materno são facilmente preveníveis, desde que haja um pré-natal adequado para detectar os fatores de risco, acesso oportuno às unidades de urgência com estrutura física e equipe técnica qualificada.

Historicamente, os estados e municípios têm ampliado sua participação no total do gasto público com a saúde, especialmente a partir de 2000, com a Emenda Constitucional Nº 29, que estabeleceu a vinculação de recursos às suas receitas (12% para os estados e 15% para os municípios). Entretanto, a situação financeira da maioria dos municípios e estados brasileiros é de queda progressiva de receita, agravada pelo fato de estar previsto o corte de aproximadamente R\$ 12 bilhões nos recursos para a saúde em 2015, ou seja, o Ministério da Saúde contará com um orçamento inferior ao ano de 2014.

Neste cenário, a situação desfavorável do parto longe do domicílio, por falta de profissionais médicos ou de uma mínima infraestrutura nas maternidades do interior do estado tenderá a se prolongar e a trazer muita incerteza e medo a nossas gestantes. Além do que, a universalização do cumprimento da Lei Federal nº 11.340/2007, que garante à gestante o direito de ser informada antecipadamente sobre a maternidade de referência para seu parto e o direito de conhecê-la fica apenas no papel. Hoje enfrentamos também outros problemas na assistência materno-infantil, tanto no sistema privado como no público. Dentre eles, a escassez de equipes multiprofissionais qualificadas é o mais preocupante. A especialidade obstétrica, além de vivenciar todos os problemas médicos nacionais, possui ainda questões específicas, tais como desinteresse pela especialidade pelos médicos recém-formados, a alta incidência de processos éticos e jurídicos, baixa remuneração por procedimentos pelo SUS, assim como pelos planos de saúde, desvalorização da especialidade, dificuldade de montar equipes de plantonistas e trabalho inseguro pela infraestrutura inadequada nas maternidades.

O 1º Fórum de Assistência Obstétrica da FEBRASGO, que aconteceu em Nov/2014 em Aracaju, deliberou sobre a recomendação a todos os seus filiados para seguir as boas práticas obstétricas orientadas pela OMS e Ministério da Saúde, e elaboração de uma cartilha dentro do conceito do Parto Seguro, além de repudiar qualquer prática de violência obstétrica e instalações inadequadas nas maternidades. Foi consenso que a obstetria tornou-se excessivamente intervencionista e há necessidade urgente de discutir posturas e protocolos para melhor organizar os serviços.

Apesar das adversidades, esperanças renascem com o surgimento de um movimento da sociedade e de todos os atores envolvidos na assistência obstétrica e perinatal para a discussão e adoção de medidas que tornem o parto um momento mais tranquilo e natural na vida da mulher e do seu filho.

A despeito da subnotificação e da redução significativa nos últimos 30 anos, a Razão da Mortalidade Materna no Brasil se mantém elevada, em torno de 60/100.000 NV e bem longe do preconizado pela ONU (25/100.000NV). Pernambuco, como todos os estados do Nordeste, apresenta uma taxa um pouco mais alta.

Esse fato exige medidas urgentes para uma adequada assistência ao pré-natal e ao parto, um controle social eficaz com ampliação e qualificação dos Comitês de Vigilância de Morte Materna; a mobilização de gestores, profissionais de saúde, comunidade acadêmica e da sociedade civil para a efetivação de políticas públicas que busquem a redução da mortalidade materna.

Entretanto, o ponto de inflexão necessário para esta mudança só virá quando, no individual e coletivo, a morte materna significar para cada um de nós a injustiça e a tragédia social que representa.

Obrigada a todos!

PRONUNCIAMENTO DE SIMONE SANTANA NA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 3 DE AGOSTO DE 2015.

Sr. Presidente, Senhoras deputadas, senhores deputados e todos aqui presentes.

É com grande satisfação e consciente da nossa responsabilidade, enquanto mulher, mãe, cidadã e parlamentar venho falar sobre o 1º de agosto, Dia Mundial da Amamentação. A data é muito importante na permanente luta de conscientização das mulheres sobre o real e necessário ato do aleitamento materno.

No último sábado, dia 1º, foi dada a largada para a Semana Mundial de Aleitamento Materno que ocorre em mais de 120 países anualmente e que se estende até o dia 7 de agosto. A data foi criada em 1992, pela Aliança Mundial de Ação Pró-amamentação para promover o aleitamento materno e a criação de bancos de leite, garantindo assim, a melhor qualidade de vida para as crianças de todo o mundo.

Sabemos ser, a amamentação, a principal forma de fornecermos ao bebê, os nutrientes necessários para a sua sobrevivência e o seu desenvolvimento. Toda criança tem direito ao aleitamento materno, como recomenda a Organização Mundial da Saúde, reforçada pela nossa Constituição Federal e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, que assegura ser dever de todos assegurar com absoluta prioridade a efetivação dos direitos à saúde e à alimentação de nossas crianças.

Pernambuco faz história e dá exemplo mundialmente com a pauta aleitamento materno, por meio dos seus 11 bancos de leite. Um levantamento feito por minha equipe revela a necessidade de incentivar cada vez mais essa prática e desmistificar conceitos arraigados como o do “leite fraco” e de que “leite materno não acaba com a sede da criança” ou ainda conceitos irrealis de comprometimento da estética corporal pós-amamentação. O quadro de doações oscila bastante. Em menos de uma semana pudemos constatar que a situação dos bancos de leite dos Hospitais Agamenon Magalhães e Barão de Lucena, mantidos pelo

estado, passou de estado crítico para satisfatório, de acordo com o setor de comunicação da Secretaria de Saúde de Pernambuco.

Somente para o Banco de Leite da Maternidade Bandeira Filho, no bairro de Afogados, gerido pela Prefeitura do Recife, a única que tem banco de leite humano desde 2009, com funcionamento 24 horas para atendimento interno e externo, necessita em torno de 8 mil litros por mês. Ali, se atendem recém-nascidos prematuros ou em processo de perda de peso.

Os bancos de leite do Estado trabalham ancorados por Certificados de Excelência em Bancos de Leite na categoria Ouro que reconhece o padrão de qualidade do serviço prestado em nosso estado.

São inúmeras as vantagens para os bebês de hoje e cidadãos de amanhã quando amamentados. E a amamentação prolongada pode contribuir para que a criança se torne mais inteligente e tenha maiores rendimentos na idade adulta. Isso já foi comprovado cientificamente por um estudo longitudinal, coordenado por pesquisadores da Universidade de Pelotas, no Rio Grande do Sul, que acompanhou o desenvolvimento de 3.500 crianças amamentadas por períodos diferentes até a vida adulta.

Outras variáveis, que poderiam influenciar os resultados, também foram consideradas pelos estudiosos, como níveis de vida dos pais, a idade da mãe, fumo, bebida e drogas ou não durante a gravidez.

Os pesquisadores garantem que os benefícios do leite materno na inteligência devem-se provavelmente à presença de ácidos graxos saturados de cadeia longa que desempenham papel essencial no desenvolvimento do cérebro.

Portanto, Senhoras e Senhores, o leite materno auxilia, sim, no desenvolvimento da inteligência.

É um orgulho para nosso país ter a Rede Brasileira de Bancos de Leite Humano como modelo para outros países. Recentemente uma equipe da Universidade de Michigan –Estados Unidos, visitou a sede da Rede, no Rio de Janeiro, em busca de knowhow para implantar um banco de leite no seu hospital universitário (em Ann Harbor).

A doação de leite materno ainda é relativamente incomum na maior parte do mundo, porém já é uma prática frequente no Brasil e usada, principalmente, na alimentação das crianças prematuras em unidades neonatais.

Assim, quando uma mãe não pode amamentar seu bebê, devido a falta de leite, doenças, dependência de drogas ou outro problema qualquer, o fornecimento de leite é providencial. No ano passado, a rede de bancos de leite coletou de 150 mil mulheres para nutrir cerca de 155 mil bebês. O leite materno contém também substâncias antimicrobianas e anti-inflamatórias que ajudam a prevenir doenças, como a diarreia, que pode ser fatal nesta faixa etária. Bebês prematuros que recebem leite materno são protegidos contra problemas intestinais e muitas outras situações adversas.

Portanto, é importante homens e mulheres apoiarem a amamentação. Além de ser um generoso ato de amor, também salva vidas. Salva crianças.

Obrigada pela atenção e Boa Tarde.

PRONUNCIAMENTO DE SIMONE SANTANA NA REUNIÃO SOLENE REALIZADA EM 21 DE OUTUBRO DE 2015.

Medalha Joaquim Nabuco

A Medalha Joaquim Nabuco Classe Ouro foi instituída em 1968. Ela é destinada a homenagear pessoas físicas ou jurídicas com relevantes serviços prestados a Pernambuco ou ao Brasil. Por seu caráter diferenciado, somente duas pessoas, uma física, outra jurídica, são agraciadas a cada ano. Neste ano, o médico e professor Eliézer Rushansky foi escolhido por todos os seus méritos para receber essa comenda especial.

Há mais de 40 anos, ele exerce a medicina, na área de Reumatologia. Durante esse longo tempo, vem aplicando seus conhecimentos de maneira humanística em benefício de toda a sociedade.

Rushansky nasceu nesta capital, revelando desde cedo a vocação para a missão de ser médico. Graduiu-se em 1971 na Faculdade de Ciências Médicas, atualmente Universidade de Pernambuco (UPE).

Logo após, iniciou pós-graduação em Clínica Médica e Reumatologia no Hospital dos Servidores do Estado (HSE), no Rio de Janeiro, à época um dos hospitais mais conceituados do País.

Concluída a residência médica, seguiu para a Universidade de Michigan Ann-Arbor, nos Estados Unidos. Retornando ao Recife, dedicou-se ao magistério na então cadeira de Terapêutica.

Foi o idealizador da disciplina de Reumatologia na Faculdade de Ciências Médicas (UPE), onde leciona e criou a Unidade Funcional de Reumatologia do Hospital Universitário Oswaldo Cruz. Também está desenvolvendo projeto na área de Genômica e Artropatias Inflamatórias.

Em sua atuação na Medicina, ele sempre se sensibilizou com as dificuldades enfrentadas pelas pessoas desfavorecidas que necessitam de um atendimento digno, ético e humanizado.

Devido à atuação de Eliézer Rushansky na prática da Medicina social, o deputado Clodoaldo Magalhães propôs a concessão da Medalha Joaquim Nabuco Classe Ouro, a ele entregue nesta reunião solene por este Parlamento Estadual. Parabéns!

Muito obrigado!

PRONUNCIAMENTO DE ALUÍSIO LESSA NA REUNIÃO SOLENE REALIZADA EM 19 DE OUTUBRO DE 2015.

ENTREGA DO TÍTULO DE CIDADÃ DE PERNAMBUCO À SECRETARIA DA MULHER DE PERNAMBUCO, SÍLVIA MARIA CORDEIRO

Natural de Murici, município alagoano localizado na Zona da Mata, a 44 km de Maceió, Sílvia Maria Cordeiro tem uma longa e forte vinculação com a história, a cultura e a gente pernambucanas.

Com apenas um ano de idade, a família transferiu-se para a cidade de Garanhuns. Posteriormente, o industriário Manoel de Holanda Cordeiro e sua esposa Ester Augusta Cordeiro vieram residir no Recife com seus 19 filhos. O casal criou e educou todos, nesta capital. Entre eles, a 16ª filha, Sílvia Maria.

Na juventude, Sílvia foi aluna da Universidade de Pernambuco (UPE), onde se graduou em Medicina. Após concluir o curso, começou a carreira como médica do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Igaraci, Afogados da Ingazeira e Tabira, no Sertão do Pajeú.

Em 1982, tornou-se mãe da hoje administradora de empresas Ludmila Cordeiro. E, mais recentemente, avó de Marina e Felipe. Sílvia Cordeiro, que integra a Associação Médica de Pernambuco (AMPE), participou de lutas históricas importantes como o Movimento da Reforma Sanitária Brasileira. A médica também foi delegada na 8ª Conferência Nacional de Saúde em 1986, quando se estabeleceram as diretrizes para criação do Sistema Único de Saúde (SUS).

Em sua militância de mais de 30 anos no movimento de mulheres, fundou o Centro das Mulheres no Cabo (1984) e integrou o Fórum de Mulheres, desde sua fundação em 1998.

Sílvia exerceu em 2008 o cargo de Secretária Executiva da Rede Mulher e Democracia, defendendo o fortalecimento e a ampliação da participação feminina nos espaços do poder.

Na gestão do governador Eduardo Campos, de 2007 a 2011, fez parte do Conselho Estadual de Desenvolvimento Econômico e Social.

Ao assumir a Prefeitura da Cidade do Recife, Geraldo Júlio contou com o trabalho e empenho de Sílvia Cordeiro à frente da Secretaria municipal da Mulher. Este ano, a convite do governador Paulo Câmara, ela tornou-se Secretária estadual da Mulher, tendo como missão cuidar das políticas públicas para melhorar as condições de vida da mulher em Pernambuco.

Por sua dedicação às causas sociais, destacadamente aos direitos femininos, e por todos os méritos demonstrados em sua carreira de médica e gestora, Sílvia Maria Cordeiro recebe hoje o Título de Cidadã de Pernambuco, uma distinção merecidamente conferida pela Assembleia Legislativa, por solicitação da deputada Simone Santana.

Muito obrigado!

Portaria

PORTARIA Nº 170/15

A SUPERINTENDENTE GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Art.80, inciso I, da Lei nº 6.123/68 e Ofício nº 132/2015, da Procuradoria Geral da ALEPE,

RESOLVE: designar para responder pela Gerência de Doutrina e Estudos Jurídicos, o servidor **FRANCISCO DE ASSIS SANTORO**, matrícula n.º 468, no impedimento do titular, **WASHINGTON LUIZ PEREIRA LINS**, matrícula n.º 226, no gozo de suas férias, no período de 22 de outubro a 20 de novembro de 2015.

Sala Austro Costa, 23 de outubro de 2015.

ROBERTA SANTANA DO AMARAL
Superintendente Geral